

**ENTREVISTA**

**Rita Lisauskas  
e a maternidade  
como um  
lugar de luta**

**CENSURA**

**Projeto  
investiga  
o impacto  
sobre  
processos  
criativos na  
imprensa**

**EMPREGO E RENDA**

**Mais de 2 mil  
jornalistas  
foram demitidos  
ou tiveram  
redução salarial**



# NO LIMITE

SOBRECARGA PARA AS MÃES JORNALISTAS

## EDITORIAL

# A pergunta e o crime

“**Minha vontade é encher tua boca na porrada, tá?**”

Assim o excelentíssimo senhor presidente da República respondeu à simples, correta e direta pergunta que havia sido feita por um repórter de *O Globo*, em 23 de agosto, na frente da catedral de Brasília: “Presidente, por que sua esposa Michelle recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiroz?”

Jair Bolsonaro não cessa de cometer crimes à frente da Presidência. O desse dia é tipificado no Código Penal como “ameaça”, no artigo 147: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Pena: detenção, de um a seis meses, ou multa”. Se ainda se mantém livre, andando de lá para cá (sem máscara!), é porque tem quem o defenda além de seus guarda-costas.

O jornalismo é alvo constante das agressões de Bolsonaro porque ele, simplesmente, não pode responder a meras perguntas. Da teia que o envolve à criminosa ação das milícias no Rio de Janeiro, aos desvios de dinheiro público que sua família opera há décadas no cotidiano dos gabinetes parlamentares, à catastrófica atuação governamental que empurrou o Brasil para a mortandade na pandemia, aos interesses escusos e estrangeiros que dilapidam o patrimônio nacional emerge um sem-número de questões para as quais nada de razoável e crível pode ser expresso a um jornalista. A alternativa da qual lança mão – bem de acordo com a sua personalidade bélica e destemperada – são os ataques frequentes à imprensa e aos profissionais do jornalismo, que merecem repúdio sistemático dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), bem como das entidades e personalidades democráticas deste país. A questão é extremamente grave: as barbaridades que Bolsonaro vocifera transformam-se em hostilidade aberta contra o trabalho de jornalistas, e até mesmo em agressões físicas.

Como se explica tamanha desenvoltura de um mandatário para praticar delitos e mais delitos à frente de todos? Pelo fato de que há uma poderosa rede de interesses que o sustenta, a começar pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), engavetador até o momento de dezenas de pedidos de impeachment contra o presidente, como o que a Fenaj apresentou em 21 de maio, com outras entidades, por crimes de responsabilidade – o apoio aberto aos atos pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal e a sabotagem das ações de combate à covid-19.

## Cobertura ambígua

Chama a atenção, entretanto, o tratamento dado pela grande imprensa ao atual presidente: no dia seguinte à ameaça, o noticiário reduzia a gravidade dos fatos, bem ao contrário do que fazia quando os ocupantes do Planalto eram outros e havia

interesse em ampliar as crises palacianas. A ameaça de Bolsonaro não mereceu manchete principal nem em *O Globo*, cujo repórter foi a vítima. A abordagem banaliza o comportamento do agressor, como algo ligado a uma personalidade folclórica... Nada mais longe da realidade.

Se um crime praticado em público pelo presidente da República, contra a atividade da imprensa, não merece manchete dos principais órgãos da própria imprensa, é porque há uma força consciente para não fazer marola. Afinal, este ainda é o governo do Paulo Guedes.

As empresas jornalísticas – “jornalísticas”, claro, mas sobretudo empresas – não escondem seu apoio à mesmíssima agenda cujo fiador é Maia: o desmonte dos direitos trabalhistas, o rebaixamento do custo do trabalho, a redução e a privatização dos serviços públicos. Um rumo de marcha à ré em qualquer projeto de política social, e uns fiapos atrelados aos interesses de manipulação eleitoral. Afinal, o grosso do dinheiro deve ser preservado para o setor financeiro, cujos lucros se mantêm no ambiente da recessão. De Bolsonaro tolera-se muito, desde que não atrapalhe...

Mesmo em meio à pandemia, com os jornalistas em intensa atividade, a maior parte das empresas de comunicação lançou mão dos mecanismos oficiais para reduzir salários, adiar pagamen-

tos de férias e economizar recursos à custa de seus funcionários – submetidos a incrível pressão profissional e pessoal, como mostra nossa matéria de capa no caso extremo das mães jornalistas. Graças ao mecanismo concebido por Guedes e promulgado por Bolsonaro, as empresas puderam usufruir de cortes de gastos e receber ajuda oficial para pagar parte dos salários sem precisar apresentar nenhuma justificativa ou evidência da necessidade de aporte extraordinário!

## Abaixo a censura!

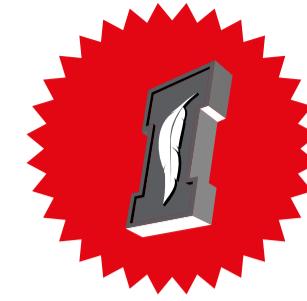
O rosário de crimes presidenciais é desfiado sob o olhar complacente também da cúpula da Justiça. Apesar da criminalidade explícita de suas atividades, as medidas judiciais contra Fabrício Queiroz e os de sua relação próxima andam a passo de tartaruga. Por isso, a simples pergunta do repórter reverbera incômoda também nos corredores dos tribunais.

Há quem sonhe que o Brasil de amanhã se torne o de ontem. Lança-se mão da abjeta censura: em 28 de agosto, uma vara judicial do Rio de Janeiro determinou ao *Jornal GGN* que retirasse do ar 11 matérias sobre o banco BTG Pactual (que tem o ministro Paulo Guedes como um de seus fundadores), de autoria dos jornalistas Luis Nassif e Patrícia Faerman. A medida recebeu condenação imediata de diversas entidades, entre as quais este Sindicato e a Fenaj. As reportagens abordavam casos suspeitos de favorecimento ao BTG, como, entre outros, a compra de créditos do Banco do Brasil com deságio de quase 90%. Diante da impossibilidade de dar respostas que não os incriminem, os envolvidos agem para calar a imprensa. Não conseguiram.

Em meio à pandemia, às mais terríveis dificuldades, nossa categoria profissional resiste, e este Sindicato se esforça, a cada dia, para ser uma ferramenta útil para a defesa da profissão, para que qualquer jornalista, a qualquer momento, possa perguntar livremente: “**Presidente, por que sua esposa Michelle recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiroz?**”

*Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo*

**CORREÇÃO:** Na edição 405, na pág. 9, em vez de “Supremo Tribunal de Justiça”, deve-se ler Superior Tribunal de Justiça.



## UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

### EXPEDIENTE

**Diretora responsável** Priscilla Chandretti  
**Jornalista** Adriana Franco **Edição de arte**  
 Fábio Bosquê **Capa** Helô D'Angelo **Revisão**  
 Cláudio Soares

### CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfouri, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

**Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.**

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente** Paulo Zocchi **Secretária-geral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças** Cláudio Soares **Secretário do Interior** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais** André Freire **Secretária de Sindicalização** Lílian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional** Érica Aragão

### DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Flávia Marx, Ana Minaudeo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

### COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)

Eduardo Viné, Flávio Carranca e Jorge Araújo

### DIRETORES REGIONAIS

**ABCD** Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes  
**Campinas** Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant'Ana **Ribeirão Preto** Aureni Meñezes **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caramez

### DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

**ABCD** Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferrezim, Gustavo Franco Annuciato, Martim Vieira Ferreira (licenciado) e Paulo Roberto Botão (licenciado) **Ribeirão Preto** David Radescu, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo (licenciado) e Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

### CONSELHO FISCAL

Amadeu Mêmolo, João Marques, Luigi Bonjovanni e Norian Segatto

### COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

@JornalistasSP

## DESTAQUE

# Corte salarial atingiu maioria da categoria

Onde se conquistou acordo coletivo, as perdas foram menores

por Paulo Zocchi

**A**pesar de o jornalismo ser oficialmente considerado “atividade essencial” em meio à pandemia de coronavírus, a maioria dos jornalistas paulistas empregados em empresas de comunicação (jornais, revistas, rádio, TV e internet) sofreu redução de salário, suspensão de contrato de trabalho ou demissão desde março último. As empresas puderam se apoiar na MP 936, publicada pelo governo federal no início de abril, estabelecendo a possibilidade de reduzir o salário em 25% por “acordo individual”, e, sem terem de prestar qualquer comprovação da real necessidade de reduzir direitos, impuseram as medidas à categoria.

Na capital, a redução de salários atingiu sobretudo a área de impressos: *Estadão*, *Folha de S.Paulo*, *Valor*, editoras Globo, Abril e Caras reduziram os salários em larga escala, de todos ou de parte de seus funcionários. No caso das grandes emissoras de TV, a única que fez uma redução geral foi a RedeTV!; SBT e Band cortaram o salário de parte dos funcionários. No interior, litoral e Grande São Paulo, a redução de salários atingiu os jornalistas de todos os setores. No total do Estado, nas empresas de comunicação, a redução de salários e de jornada atingiu mais de 1.600 jornalistas.

A posição do Sindicato dos Jornalis-

tas, desde o início de vigência da MP (que depois virou lei), foi a de condenar o acordo individual (que não passa de uma imposição, pois o empregador tem poder hierárquico sobre o trabalhador) e defender que, em todos os casos, fossem feitos acordos coletivos. Houve assembleias, reunindo às vezes centenas de profissionais, para tentar avançar nessa via nas editoras Globo, Abril, Meio e Mensagem, na RedeTV!, na *Tribuna*, de Santos, entre várias outras empresas. Mas todas foram intransigentes, recusaram-se a negociar coletivamente e utilizaram a verticalidade prevista na lei para impor o acordo individual.

Acordos coletivos em grandes empresas foram obtidos apenas em *O Estado de S. Paulo* e, depois, na *Folha de S.Paulo*. Não se evitou a redução salarial de 25%, mas houve diversas medidas que reduziram um pouco o impacto da perda, como um piso abaixo do qual a empresa recomporia o salário por meio de indenização, medidas de suporte e resarcimento financeiro do *home office*, e valor maior do pagamento extra em caso de demissão. No *Estadão* e na *Folha*, o movimento envolveu centenas de profissionais, em assembleias virtuais organizadas pelo Sindicato, e fez também com que as duas empresas, ao final do período, não tenham proposto estender a medida.

VICTOR MARTINS



Sindicato na porta da Record, em Santos: ação pela preservação dos salários e pela proteção à saúde dos jornalistas

**576**  
PERDAS DE EMPREGO DE JORNALISTAS NO ESTADO DE MARÇO A JULHO. O PICO OCORREU EM ABRIL E MAIO, COM 434 FECHAMENTO DE VAGAS

contra 1.537 demissões. O pico da perda de empregos ocorreu em abril e maio, com 434 fechamento de vagas.

Vê-se aqui não só a redução das redações, mas também um movimento que pode indicar uma redução de massa salarial, com a saída de profissionais mais bem remunerados e sua substituição por outros com salários menores.

O mais perverso é que as empresas não precisam explicar coisa alguma ou demonstrar queda de receita para impor perdas nos salários de seus funcionários. Um caso lapidar é o da RedeTV!. Nada indica que a emissora tenha tido prejuízo durante a pandemia. Sua audiência cresceu, fechou contratos publicitários, recebeu aportes do governo federal e fez contratações milionárias. No final de 2019, já havia tentado reduzir salários de jornalistas e radialistas, pela retirada das horas extras fixas. Diante da iminência da greve, voltou atrás.

Em abril, viu a chance de voltar à carga. Passou a atrasar o pagamento da PLR prevista na Convenção, e, mesmo com um movimento coletivo dos jornalistas, não aceitou abrir negociações e reduziu os salários em 25%. Depois, acompanhando os decretos de Bolsonaro, estendeu mais um mês a medida, e, no final de agosto, mais dois meses. Os jornalistas da emissora, porém, se mantêm alertas e buscando as vias para uma ação coletiva que ponha fim a esta situação.

## Demissões

O impacto da pandemia traduziu-se também em grande número de demissões na categoria. De março a julho, foram 576 perdas de emprego de jornalistas no Estado pelos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), levantados pelo Dieese para o nosso Sindicato. No período, o registro oficial aponta 961 contratações de jornalistas no Estado,

© LAERTE



## CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO:

sindicalizacao@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699

## PROPORTIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

## 1% DO SALÁRIO

com TETOS de  
R\$ 38 para o Interior, Litoral e Grande SP  
R\$ 60 para a Capital

## FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP  
R\$ 60 Capital

## SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

CAPA

86%

DAS MÃES JORNALISTAS NO BRASIL SE SENTEM SOBRECARREGADAS neste período de pandemia. Em SP, 89% se sentem assim.



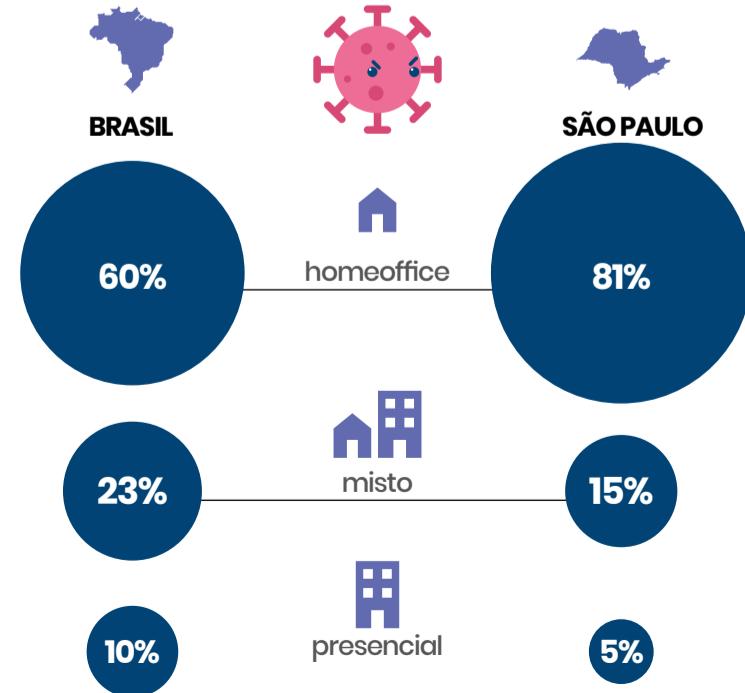
# MÃES ESTÃO ESGOTADAS



22%

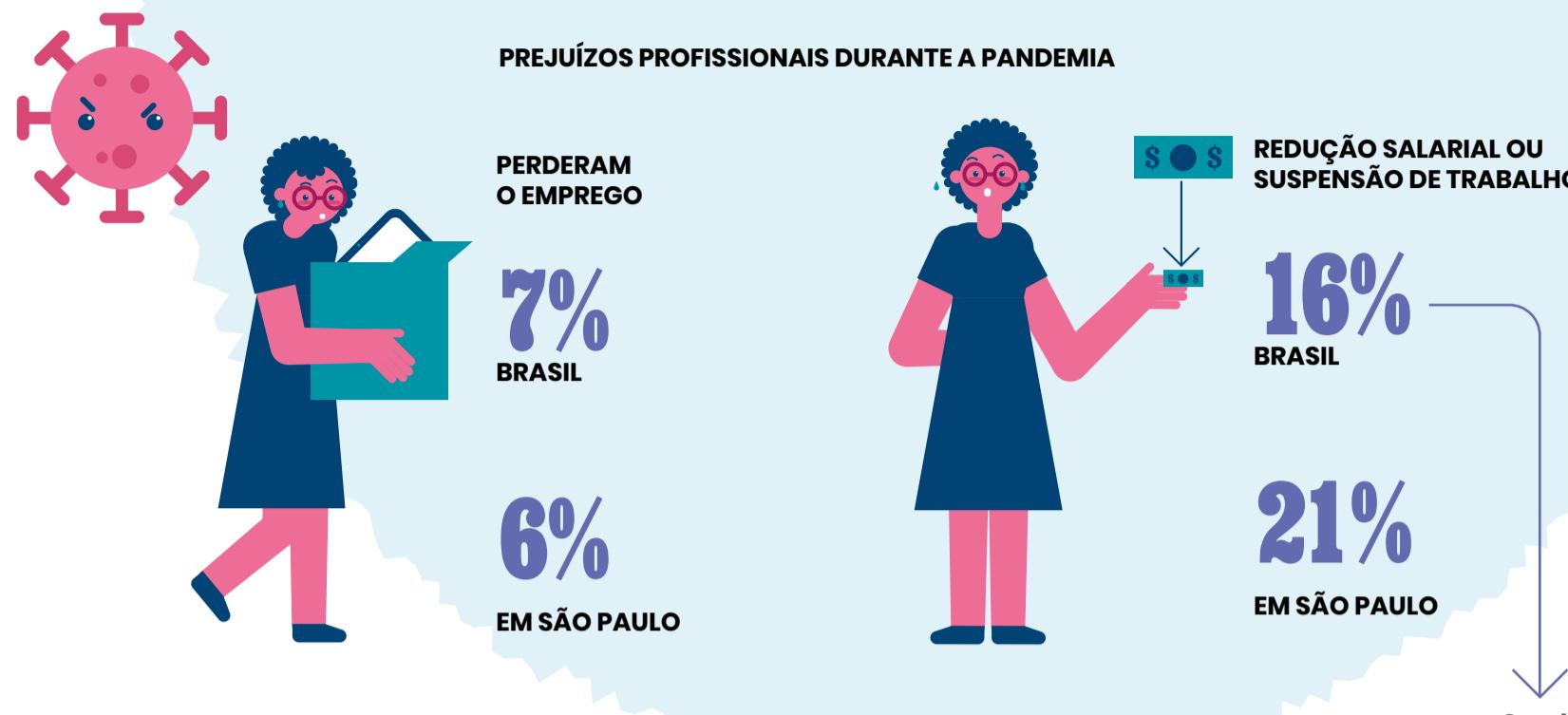
DAS MÃES NÃO DIVIDEM A RESPONSABILIDADE DO FILHO com nenhuma outra pessoa durante a pandemia

MODALIDADE DE TRABALHO ADOTADA DURANTE A PANDEMIA:



27%

SÃO RESPONSÁVEIS PELO CUIDADO DE OUTRAS PESSOAS (por exemplo, pais idosos, pessoas com deficiência, etc.)



## SOBRECARGA COLOCADA NOS OMBROS DE MÃES QUE TRABALHAM FORA (A FAMOSA TRIPLA JORNADA) CHEGOU AO LIMITE PARA MUITAS JORNALISTAS, E O SUPEROU PARA OUTRAS, NA PANDEMIA QUE AS PRIVOU DE REDES DE APOIO

por Priscilla Chandretti | infografia Mario Kanno

**A**quilo que já se discute há alguns meses para as mães em geral foi confirmado como uma realidade para muitas mulheres de nossa categoria por uma pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). “Você se sente sobrecarregada neste período de pandemia?” 85,9% das 629 profissionais que participaram do levantamento responderam SIM a essa pergunta. Nas respostas às perguntas

abertas, as jornalistas expressaram reiteradamente questões sobre excesso de trabalho, falta de descanso, sofrimento emocional ou preocupações com as finanças da família.

Nós conversamos com várias mulheres que estão passando pela sobrecarga que a pesquisa aborda. Uma delas é a Adele Grandis, mãe da Serena, de 8 anos, e do Pax, de 1 ano e meio, que tem usado as madrugadas para dar conta do serviço. Enquanto o número de clientes aumentou (ela assessora pequenos e novos negócios), Adele passou a ser a única responsável financeira da casa, pois seu companheiro ficou sem trabalho. Além disso, assumiu a tarefa de acompanhar a educação da filha, que tem muita dificuldade em se manter concentrada nas aulas *online*. Desde o início da pandemia, trabalhou todos os finais de semana.

“O esgotamento físico e mental foi absurdo e minha rotina mudou completamente. Eu sempre fiquei acordada de madrugada, mas antes esse era um momento para mim, eu lia um livro, assistia a um filme enquanto as crianças dormiam. Com a pandemia, eu não consigo trabalhar direito de dia porque toda hora vem alguém me chamar. Vou conseguir mesmo na hora que todo mundo dorme, umas 23 horas, e viro a noite, até umas 6 horas”, conta Adele.

O trabalho também avança pela madrugada para a Cristiane Gercina, que tem a Luiza, de 13 anos, e a Laura, de 8. Tanto ela quanto seu companheiro estão em *home office*. É o pai quem acorda cedo, com a filha mais velha, que estuda de manhã – Cristiane tentou acompanhar as atividades da Luiza, que tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), mas só conseguiu no início.

No início da tarde, ela dá almoço, lava louça, toma banho, acompanha as aulas da filha mais nova e passa orientações ao repórter (é coordenadora assistente no jornal *Agora*). Faz tudo isso ao mesmo tempo. Acostumou-se a trabalhar com a Laura sentada ao lado para a aula remota, “com a professora falando, minha filha falando, todo mundo falando!”.

A Ludmilla Souza, que trabalha na Agência Brasil (da EBC), afirma que “o peso aumentou claramente, pois além do trabalho

remoto, temos ainda que dar uma de professora, cozinheira, faxineira, recreadora, não tem descanso. E isso somado à pressão por produção”. Para cuidar dos seus dois filhos, um de 7 anos e outro de 1 ano e 11 meses, ela não só perdeu a rede de apoio – a sogra e a cunhada cuidavam deles eventualmente, mas são ambas do grupo de risco – como também o seu marido tem passado menos tempo em casa. “Ele está tendo de ficar o dia inteiro na loja de que é proprietário, pois tem funcionário que é grupo de risco, e eu fico com as crianças em casa, tentando me dividir, e ainda amamentando.”

Graziella Valenti relata uma contradição que viveu nos primeiros meses da pandemia: ao mesmo tempo que se sentia no auge de sua realização profissional, estava estressada pela situação. A jornalista mudou de emprego bem no início da quarentena e assumiu um novo projeto na *Exame* – não chegou a ir à redação presencialmente, já começou em *home office* e acabou nem conhecendo pessoalmente os colegas de trabalho. Ela mora com o filho de 9 anos, o Lorenzo, e, além do começo em novo emprego, adotaram um cachorro durante a pandemia.

Graziella conta que, nos primeiros dias, ficou “completamente desesperada”. Dispensou a babá de ir trabalhar no início, o que coincidiu com o período de maior trabalho no desenvolvimento de sua nova coluna. Nos primeiros três meses, ficou sozinha com o Lorenzo na maior parte do tempo. Ela explica que o pai é muito presente, mas, apesar da guarda compartilhada, Lorenzo fica a maior parte do tempo em sua companhia.

Nesse período, acordava às 5 horas para tentar dar conta das coisas, e ia dormir à meia-noite. “O nosso horário ficou uma zona, almoçamos entre 14 horas e 16h30. Quando eu trabalho até tarde, ele também acaba indo dormir tarde. E acabo afrouxando por exemplo a restrição para o tempo que ele fica nos eletrônicos. Eu estava surtando.”

Outra jornalista que falou conosco foi a Natali Alencar, mãe do Luís Henrique, de 10 meses de idade. Ela é redatora na agência CRT e editora no portal *Prodview*, e disse que a quarentena chegou bem quando ela se preparava para o retorno da licença-maternidade. A rotina dela e do marido (ambos em *home office*) tem sido revezar-se entre quem está trabalhando e quem está cuidando do bebê.

Para ela, a ausência de convivência com a família foi muito danosa. “Comecei a ficar triste, me sentindo muito só, de não ter com quem compartilhar as coisas. Aí eu decidir ir ver pelo menos minha mãe, meu pai e minha irmã, com todos os cuidados. Eles esperaram muito a chegada do neto, há muito tempo que não tinha um bebê na família. Eu pensava que meu filho estava crescendo e meus pais não estão acompanhando, isso mexeu comigo.” Mas ela

## CAPA

## EM UMA CATEGORIA MAJORITARIAMENTE FEMININA, QUESTÕES COMO LICENÇA PARENTAL, CRECHES E IGUALDADE SALARIAL DEVEM SER UMA LUTA COLETIVA

vê um lado positivo. "Eu acompanhei coisas do desenvolvimento dele que muitas mães acabam não tendo oportunidade. Ele pôde mamar 100% no peito até os 6 meses, o que muitas mães que trabalham fora não conseguem."

Natali tem podido contar com compreensão e flexibilidade no local de trabalho quando precisa, por exemplo, remarcar alguma entrega. A Jéssica\* não pode dizer o mesmo. O jornal em que trabalha, na região metropolitana de São Paulo, não aceitou que ela fizesse seu trabalho remotamente para cuidar da filha, de 12 anos (por isso, optamos por não identificá-la aqui). A irredutibilidade da empresa tornou as coisas muito mais difíceis para ela e seu marido, que é *free lancer* e tem cuidado da menina durante o horário de trabalho da mãe. Eles estão vivendo na correria. Ao mesmo tempo, como o jornal reduziu seu salário, ele precisa pegar os poucos frilas que aparecem.

### Divisão sexual do trabalho

Para Samira de Castro, 2ª vice-presidente da Fenaj, as respostas abertas da pesquisa revelam que a divisão sexual do trabalho nos atinge. "Ainda que 63,4% tenham declarado que compartilham responsabilidades com os pais, os relatos que chegaram mostram que a maior responsabilidade pelo acompanhamento escolar dos filhos é delas, e se somam a isso os afazeres domésticos."

Isso é visível entre os profissionais na redação, na avaliação da Cristiane. "Os homens que estão em *home office*, mesmo os que têm filhos, a gente percebe que têm mais facilidade de se adaptar. Na nossa área, os homens de uma forma geral são mais abertos, se propõem a fazer mais, mas a forma como a sociedade se organiza de forma machista atinge a todos." Ela lembra ainda da carga mental sobre o trabalho doméstico, mesmo quando o companheiro é participativo, como no seu caso.

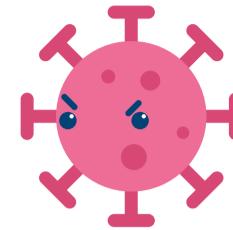
É o que Adele também descreve. "A minha cabeça não para, porque, além de pensar no meu trabalho, tenho de pensar no que as crianças estão fazendo, no que vamos jantar. Ele cuida? Cuida. Mas a cada cinco minutos vem perguntar o que tem de fazer. Tem sido bem desafiador."

### Desafios para a categoria

A pesquisa, com participação expressiva, terá a função de levantar lutas que os jornalistas e seus sindicatos vão precisar enfrentar, na opinião de Samira, dirigente da Fenaj, que é também mãe de três meninos, de 7, 16 e 18 anos, e enfrentou seus próprios desafios para conciliar maternidade, exercício profissional e atividades sindicais. Ela defende que, durante a pandemia, é prioritário buscar negociações com os patrões para regulamentar o *home office* (veja o box).

"O primeiro passo é ouvir as mulheres da categoria e organizar suas demandas", diz Samira. Sobre isso, Érica Aragão (mãe da Rafaela, de 7 anos, e do Reginaldo, de 20), diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, pelo qual participa da Comissão de Mulheres da Fenaj, lembra que as próprias condições para que as mães participem das atividades sindicais precisam ser discutidas. "Apenas 30% das participantes da pesquisa são sindicalizadas. Por quê? O quanto os afazeres domésticos, essa alta carga, as afastam? Eu, como mãe jornalista, não consigo estar sempre presente, e mesmo nas atividades em que o Sindicato organiza creche para deixar nossos filhos, não consigo dar 100% da atenção."

### AULAS REMOTAS E PRESENCIAIS



Quais são as demandas? De forma geral, as jornalistas com quem conversamos avaliam que nosso mercado de trabalho não pensa a maternidade (nem a paternidade). Isso se reflete claramente na discussão sobre a licença-maternidade: é preciso aumentar a licença-paternidade, mas com o cuidado para não substituir a proteção à maternidade, com a necessidade da licença de 180 dias.

É também como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) enxerga a questão. Numa discussão que envolve a ampliação dos direitos da mãe, o entendimento de que a responsabilidade pelo cuidado com os filhos deve ser compartilhada entre mulheres e homens (e toda a sociedade), e a preocupação com a possibilidade de enfrentarmos ainda mais discriminação no mercado de trabalho (em um país no qual metade das mães são demitidas nos primeiros dois anos após o parto), a CUT reivindica uma licença parental compartilhada. Por exemplo, com seis meses para mãe e seis meses para o pai, de modo consecutivo ou concomitante, com remuneração integral pelo Estado. A Central também defende mais creches públicas, de qualidade e em tempo integral.

Na EBC, onde trabalha a Ludmilla, o Acordo Coletivo de Trabalho garante a jornada diária máxima de 6 horas às empregadas mães, a título de acompanhamento do desenvolvimento do filho, até 1 ano de idade. Por sugestão do Coletivo de Mulheres da empresa, do qual ela participa, os funcionários decidiram que é uma questão premente brigar, na campanha salarial em curso, pela ampliação desse direito até os 2 anos, e que seja válido para o empregado nutriz (pai ou mãe).

Há ainda as questões de igualdade salarial. Entre os jornalistas de São Paulo, o salário das mulheres é 16,1% menor, segundo levantamento do Dieese para o Sindicato. "A diferença salarial também influencia em quem vai cuidar, quem vai sair do mercado de trabalho, se for necessário, se a mãe recebe menos, por exemplo. A gente vê que nas redações há muitas mulheres em cargos de chefia. Elas normalmente já estão com os filhos, ou têm uma rede de apoio muito estabelecida. Não adianta só ser dedicada, ter formação, é preciso ter uma empregada doméstica", afirma Cristiane.

Aqui na redação do *Unidade* a gente entende bem como é tudo isso. Fizemos esta e as outras edições dividindo as atenções da mãe da Olívia, de 14 meses, que tem assistido muito mais *Palavra Cantada* do que se pretendia, e da mãe do Arthur, de 9 anos, que nesse período contou com o horário de almoço da mãe para realizar provas e assistir às aulas no computador. Tamo junto nessa luta por melhores condições de trabalho para as mulheres trabalhadoras. ■

\* Nome fictício

## Urgente debater as condições de trabalho em casa

O *home office*, mesmo em condições normais de pressão e temperatura, divide opiniões. Nossa entrevistada da edição, Rita Lisuskas, afirmou que o trabalho em casa permitiu recuperar momentos com o filho que antes o jornalismo lhe tirava (próxima página). A Graziella Valenti, que conversou com a gente para esta matéria, não o enxerga como uma solução para a mulher. "Ele pode ser mais cruel. Mesmo considerando o 'normal', as mulheres estão sempre resolvendo coisas dentro de casa. No médio e longo prazo, vai trazer prejuízos para nossas carreiras." É um debate.

Independentemente disso, é urgente discutir a questão da jornada. Há um motivo por que muitos jornalistas têm trabalhado até 12 horas. A Reforma Trabalhista, em 2017, estabeleceu que o empregador não precisa controlar o ponto no teletrabalho (o nome legal para o *home office*). Desde então, nosso Sindicato tem reivindicado esse controle das empresas. Na Convenção Coletiva de Jornais e Revistas da Capital, por exemplo, foi estabelecida a observância da jornada de trabalho nessa modalidade. A questão também foi pauta de assembleias no *Estadão*, *Editora Globo* e *Valor*, entre outras, no momento que as empresas reduziram salários com redução de jornada. O tema deve voltar agora em outras negociações, como na EBC e em Jornais e Revistas do Interior.

**Rita Lisauskas**

**RITA LISauskas JÁ FOI QUESTIONADA: “NÃO SABIA QUE REPÓRTER NÃO PODE SER MÃE?”. ELA NOS FALA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SOBRE ASPECTOS DAS MULHERES NA PROFISSÃO**

por Adriana Franco, Larissa Gould, Paulo Zocchi, Priscilla Chandretti e Sergio Kalili

# O QUE ESTAMOS VIVENDO E O HELL OFFICE

Rita Lisauskas é uma jornalista que, segundo ela, já completou o bingo do jornalismo: começou – e atuou por muitos anos – no telejornalismo, já escreveu para portal e para revistas, como *Crescer* e *TPM*, e atuou em agência de comunicação. Atualmente, faz rádio e escreve para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Há alguns anos, adotou a maternidade como pauta, tanto que escreveu um livro sobre o tema – *Mãe sem manual* – e tem um blog, mas alerta que o conteúdo não é de maternidade fofinha. “Nada contra com quem faça, mas eu comecei a entender a maternidade como um lugar de luta, de posicionamento.”

Em entrevista ao *Unidade*, com a câmera fechada para não correr o risco de derrubar o filho da aula *online*, Rita arriscou dizer que o momento atual é de *hell office*, ao avaliar a realidade vivida por muitas mães durante a pandemia, diante da ausência de redes de apoio, retiradas em virtude do risco de contaminação do novo coronavírus. “Eu acho que o que a gente está vivendo hoje é muito mais cruel para as mães, porque, antes, estávamos sobrecarregadas, mas agora somos responsáveis por quase tudo”, diz. Embora este seja um problema ainda mais difícil de se pensar soluções durante a pandemia, a jornalista defende que “a gente só vai ter condições mais igualitárias de relações de trabalho entre homens e mulheres quando tivermos políticas públicas mesmo, para que a maternidade e a paternidade sejam vistas como tarefas dos homens e das mulheres igualmente”.

## ENTREVISTA

## Rita, conta um pouco da sua trajetória na profissão.

Eu me formei em jornalismo em 1998 pela PUC-SP. Eu estava fazendo ensino técnico quando descobri que queria fazer jornalismo. Meu primeiro trabalho foi na TV PUC, em 1997. Em 1998, quando me formei, trabalhei no Canal Rural, depois fui para Mato Grosso. Queria ser repórter e era muito difícil ser repórter de tevê em São Paulo. Eu era inexperiente e, em São Paulo, as coisas são muito rápidas, eu era foca. Lembro que meu professor na PUC, na época, o Marco Nascimento, disse: 'cara, vocês querem ser repórteres, vão pro interior'. Só que eu fui para o interior de Mato Grosso. E foi uma escola maravilhosa, porque era uma cidade muito pequena chamada Sinop, no norte de Mato Grosso. E lá era assim: a cidade era um ovo e eu saía com quatro pautas. Uma grampada na outra. Então, se teve um lugar em que eu aprendi a ser repórter de tevê foi lá, porque você faz a primeira [matéria], solta; faz a segunda [matéria], solta; volta e, às vezes, eu voltava, editava e ia apresentar o jornal com as minhas matérias. Quando voltei para São Paulo, estava mais madura, já sabia um pouquinho mais de telejornalismo e comecei a trabalhar na RedeTV!. Fiquei um ano como repórter e, quando ia sair, me chamaram para apresentar o *Leitura Dinâmica*. Quando virou diário, eu virei apresentadora e fiquei na RedeTV! por 11 anos. Durante oito anos, apresentei o *RedeTV! News*, que é o jornal principal. Mas eles pararam de pagar salário, eu meti a boca no trombone e me demitiram. Depois que saí da RedeTV!, passei pelo SBT, fui para a Band, saí da Band porque eu tive um convite do Terra, e eu queria muito trabalhar em internet. Depois do Terra, fui para a Record e, nesse meio tempo, eu comecei a fazer coisa para o *Estadão*, comecei a ter blog lá. E no *Estadão* eu faço tudo. Eu completei o bingo do jornalismo, porque apresento, faço rádio, faço impresso, faço podcast, fiz internet. Eu acabei fazendo tudo, e, se inventarem mais algum meio jornalístico, também faço. Não sei qual vai ser, mas também estou topando.

**Em determinado momento, você acabou falando muito sobre a questão de maternidade e de infância. Como isso se deu?**

Quando meu filho nasceu, eu comecei a escrever um blog, em 2010. Uns seis meses depois que eu escrevia, sem muita pretensão, o pessoal da revista *TPM* me chamou para eu compartilhar conteúdo do blog no site da revista, e daí começou assim: comecei a escrever, começaram a se interessar pelo conteúdo, meu blog foi para a *TPM*. Daí, o José Roberto de Toledo, meu colega de RedeTV!, fez essa ponte e o *Estadão* se interessou pelo blog, que saiu da *TPM* e foi para o *Estadão*. Na época, já tinha virado uma coisa meio maternidade



**Rita passou por emissoras de TV, portal, revistas. Hoje no *Estadão*, mantém a coluna sobre maternidade e faz podcast**

**“O QUE A GENTE ESTÁ VIVENDO AGORA NÃO É HOME OFFICE, PORQUE PARA CONSEGUIR PRODUZIR E CUIDAR DO TEU FILHO, VOCÊ PRECISA DE APOIO, E TODAS AS NOSSAS REDES DE APOIO NOS FORAM TIRADAS.**

feminista, não era um conteúdo de maternidade fofinho. Nada contra com quem faça maternidade fofinha, mas eu comecei a entender a maternidade como um lugar de luta, de posicionamento.

**Como você analisa a cobertura jornalística na situação política que vivemos, em comparação com os seus primeiros anos de profissão?**

O que eu vejo de positivo é que, hoje, nós temos muitas iniciativas diferentes além da grande mídia. Antes, a grande mídia era a única que tinha instrumentos para fazer cobertura política e, hoje, a gente já tem outras fontes. Existem coisas muito ruins acontecendo hoje em dia, que são as ameaças aos jornalistas. É uma coisa muito preocupante o repórter escrever uma matéria e, depois, aqueles robôs virarem para cima dele, começarem a devassar a vida, ameaçar a família. E isso é muito negativo para a liberdade de imprensa, é uma coisa preocupante que tem escalado nos últimos anos. Então, eu vejo que tem lado bom e lados muito ruins nesse cenário.

**Você tocou no tema da violência, então deixa eu perguntar: você, como jornalista, já sentiu essa questão da violência, da ameaça, de um segmento social contrariado com a notícia e se dirigindo diretamente a você, ameaçando, constrangendo? E, se sentiu, qual foi a sua reação e como viveu isso?**

A primeira vez que eu senti isso de maneira muito forte foi quando eu escrevi uma coluna para o *Estadão* sobre aquela exposição "Queermuseu". Eu escrevi um texto falando que pedofilia não era aquilo, que pedofilia era outra coisa e que aquilo era uma exposição de arte. Eu dizia no texto que era apenas um homem nu, e um homem nu não é sinônimo de pedofilia. Eu fiz esse texto e foi uma coisa horrorosa o que aconteceu comigo, porque eu tinha

as minhas redes sociais abertas. E começo aquele ataque orquestrado, que não é um ataque ao que você escreveu, não é um debate de ideias. Começaram a falar que eu era pedófila, começaram a entrar nas minhas redes sociais e fazer print do meu filho, começaram a falar que sabiam onde ele estudava, que iam me matar, matar meu filho, foi muito ruim. Eu fechei minha rede, na época, e fiquei assustada. E isso é muito constrangedor. Eles podem debater ideias, mas não podem ir para cima da sua família. Eu acho que alguns colegas, especialmente colegas mulheres, passaram por coisas semelhantes ou até piores, como a Patrícia Campos Mello e até a Vera Magalhães. Eu lembro que comecei a pensar duas vezes antes de escrever. Chega um momento em que, não é que você vá se calar, mas é uma coisa tão desgastante, emocionalmente, que você não vai mais escrever. É muito ruim porque de uma forma ou de outra você acaba se autocensurando por causa desse tipo de coisa. Então, quando posto um texto que eu sei que vai vir robô para cima de mim, fecho minhas redes todas. E é como aquela onda batendo, então eu sei que a onda vai bater, mas depois vai passar. Eles não querem dialogar comigo, eles querem ir para o confronto, então eu já fecho. Eu não tenho apego às minhas ideias, você pode me convencer que, em uma coluna, eu tenha falado um monte de bobagens, mas venha me convencer disso, não venha me atacar ou atacar a minha família. E de uns anos para cá eu acho que as coisas estão muito piores.

**Você teve, diante da primeira matéria, uma ameaça direta de morte e ameaça a seu filho. Além de fechar sua rede social você tomou alguma medida judicial, legal, fez um boletim de ocorrência? Por que a sua única reação foi se fechar e esperar?**

Não fiz, mas se fosse hoje eu teria feito. Foi muito desgastante emocionalmente. Porque nunca é uma coisa de uma pessoa só, e você tem que fazer print, tem que ir atrás, então aquilo foi tão inesperado que me retrai. Mas, hoje, vendo o que alguns colegas passaram e até pessoas que entraram na Justiça e conseguiram que esse tipo de ameaça fosse punida, eu acho que faria diferente. Eu lembro, por exemplo, que ia buscar meu filho na escola, olhando para o lado, e eu pensava: mas eles não sabem onde meu filho estuda, só meus amigos sabem. Então, eu ia com aquela encanação. Achando que aquilo não era uma ameaça real, mas, ao mesmo tempo, com medo.

**Eu coloco isso justamente porque a questão de se autocensurar é uma questão para a categoria toda, e não individual. Então a minha pergunta tem a ver com a ideia de a gente ter, como categoria profissional, uma maneira de se portar que coíba esse tipo de violência.**

Eu acho, inclusive, que estamos mais maduros em relação a isso, porque era uma coisa nova, a gente nunca tinha passado por isso. A velha guarda passou pela ditadura, mas a gente não passou, então não tínhamos essa realidade de ameaça na profissão como temos hoje. Então, estamos aprendendo a ver isso como uma ameaça à profissão. A gente amadureceu, entendeu que isso não é aceitável e entendeu que isso é método.

**Apesar de você ter passado por um momento de autocensura, continua se pronunciando nas redes sociais, aprendeu a lidar com isso, de certa forma, e não deixou de se manifestar. Profissionalmente, em alguma das empresas que tenha trabalhado, você chegou a enfrentar algum tipo de problema?**

Eu fui demitida da RedeTV! por me posicionar contra o atraso de salário da empresa, então foi um momento pré-ódio, mas foi um momento redes sociais também. Eu fiz um post, na semana do Natal de 2011, e a gente estava naquele esquema de plantão, trabalhando dobrado e com três meses de atraso de salário. Eu achava aquilo um absurdo, e vários colegas estavam passando por dificuldades financeiras ou estavam com o problema de

**“ A VELHA GUARDA PASSOU PELA DITADURA, MAS A GENTE NÃO PASSOU, NÃO TÍNHAMOS ESSA REALIDADE COMO TEMOS HOJE. ESTAMOS APRENDENDO A VER ISSO COMO UMA AMEAÇA À PROFISSÃO.**

não pagar pensão alimentícia, podiam ser presos. Não falei o nome da empresa, mas obviamente todo mundo sabia, porque eu trabalhava lá, e eles receberam esse meu post e me afastaram. E pagaram o salário de todo mundo no dia seguinte. Em janeiro, eu recebi um telegrama rescindindo o meu contrato. Eu fui para a Justiça e está na Justiça até hoje. Mas sobre posicionamento político nunca tive problema. Eu trabalho no *Estadão* há muitos anos, me coloco politicamente, minha posição política é progressista, e nunca tive problema.

**A gente discute a questão da jornada e das horas extras do ponto de vista estritamente do salário e do trabalho, mas você trouxe um debate para o sindicato do quanto as longas jornadas de trabalho são incompatíveis com a maternidade, com jornalistas que são mães e começam a ter um outro tipo de responsabilidade. Agora, é um debate pelo qual estamos passando por termos muita gente no home office, sem controle de jornada, e está ampliado para a maioria das pessoas. Você pode falar um pouco sobre isso?**

*Home office* é uma coisa de que eu sempre gostei muito porque permitia recuperar momentos que, quando eu tinha que trabalhar presencialmente, o jornalismo me tirava com o meu filho, que era poder fazer o café da manhã com ele, poder ajudar na lição de casa. Então, esse *home office* dos últimos anos sempre foi muito bom para mim. Mas o que a gente está vivendo agora não é *home office*, já ouvi falar que é *hell office*.

Porque para conseguir trabalhar, produzir e cuidar do seu filho, você precisa de apoio, e todas as nossas redes de apoio foram tiradas. A escola é uma rede de apoio para as mães, principalmente. A pandemia tirou isso da gente. Estou eu e meu marido fazendo as coisas e dividindo, mas está pesado, e estou trabalhando mais, em horas estendidas, do que jamais trabalhei na minha vida. Você acaba tendo uma jornada estendida e entra em uma bola de neve de não saber os limites. O que a gente está vivendo hoje é muito mais cruel para as mães, porque antes estávamos sobrecarregadas, mas agora somos responsáveis por quase tudo.

Eu acredito que só vai haver condições mais igualitárias de relações de trabalho

entre homens e mulheres quando tivermos políticas públicas para que a maternidade e a paternidade sejam vistas como tarefas dos homens e das mulheres igualmente. Quando você tem uma licença maternidade de quatro a seis meses e uma licença paternidade de cinco, quinze ou trinta dias, a mensagem que a sociedade está passando para todo mundo é que a função de cuidar dessa criança é da mulher. A gente só vai ter igualdade, em tempos normais ou em tempos de pandemia, quando homens e mulheres forem enxergados de forma igualitária.

Muitas vezes, quando fui pedir para fixar meu horário na reportagem eu ouvi: ‘mas você não sabia que repórter não pode ser mãe?’ E eu falei: ‘onde está escrito isso?’ Por que alguém pode falar para mim que repórter não pode ser mãe e ninguém nunca chegou para um repórter homem e falou uma bobagem dessas? Porque está achando que só eu que tenho que buscar o filho na escola.

Eu acho que a discussão é essa, e só poderemos ter discussão de políticas públicas de novo quando voltarmos para um momento de mínima normalidade, que não é o que a gente está vivendo agora.

**Você falou essa frase: “Você sabia que repórter não pode ser mãe?” Isso é um assédio, porque a pessoa precisa ter o horário que pega o filho na saída da escola, por exemplo. Tem um aspecto misógino, e isso transparece.**

Exatamente. Porque entrou às 7 da manhã e só quer estar às 17 na escola do filho, não é ao meio-dia.

**Quais ações você tem em mente pelas quais passaria a igualdade de direitos e de condições entre homens e mulheres?**

Primeiro, eu acho que tinha de ser uma coisa de políticas públicas, de cima para baixo, embora pudesse acontecer de baixo para cima se as empresas tomassem atitudes pontuais. Deveria ser uma decisão legislativa. Você baixa uma lei, os homens têm que sair e, como é lei, todo mundo tem que cumprir. E começa a haver uma mudança estrutural na sociedade, porque isso veio de cima para baixo e as mudanças vão acontecendo. Quando você faz isso, provoca uma mudança social. É uma mudança que pode acontecer em microambiente, como é o caso de empresas

crianças na rotina dele para todo mundo ver, provavelmente, porque a mulher dele está trabalhando, porque a escola não está com as crianças, então eu vejo esse copo meio cheio desse lado.

**E o que a maternidade contribuiu para o seu lado profissional?**

Eu comecei a ver que o trabalho é só uma parte da minha vida. Antes, eu tinha a impressão de que o trabalho ocupava 80% do meu ser. E hoje é uma coisa de que eu gosto muito, me realiza, mas é só o meu trabalho. A minha família é tão ou mais importante do que ele. Então, eu acho que me humanizou mais.

Eu passei por vários perrengues nessa coisa de horário, de trânsito, de ter medo de não chegar e a escola fechar e você não conseguir pegar seu filho. Isso é muito cruel. E aí você chega em casa e ainda tem que fazer o jantar.

No *home office* (esse lado bom eu já tinha visto), acabou seu trabalho, você consegue mesclar um pouco mais as coisas porque não perde tempo de deslocamento, porque é do escritório para o banheiro, do banheiro para a cozinha. Então, você vê o quanto perdia de tempo, que pode ser usado para sair com o seu filho, por exemplo.

**Você acha que temos muitas colegas na profissão com disposição e o ímpeto de discutir as condições das mulheres como trabalhadoras, mas também a vida em sociedade?**

Eu sinto que está havendo um despertar, uma conscientização. Eu acho que essas problematizações que a gente faz agora, há dez anos eram mais impensáveis. Talvez até pelas redes sociais, essas discussões conseguem se capilarizar mais. As mulheres estão percebendo que isso é direito, que a maternidade não precisa competir com o trabalho e você pode ter as duas coisas juntas.

Eu não sei se isso é um despertar meu – de eu estar mais consciente hoje – ou se é um despertar coletivo. Eu tenho a impressão, pelo que ouço, que não se restringe à minha bolha. Não sei se as mulheres estão maduras o suficiente para a gente ter uma discussão e um engajamento coletivo como seria o melhor a se fazer para a gente conseguir avançar nessa pauta, mas acho que elas estão mais permeáveis. ■

**“ SÓ VAI Haver CONDIÇÕES MAIS IGUALITÁRIAS QUANDO TIVERMOS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUE A MATERNIDADE E A PATERNIDADE SEJAM VISTAS COMO TAREFAS DOS HOMENS E DAS MULHERES.**

## ARTIGO

# A falácia do “jornalismo profissional”

por Laurindo Lalo Leal Filho\*

**T**emos visto com frequência o uso da expressão “jornalismo profissional” em alguns veículos de comunicação. É uma categorização estranha, adjetivando a prática jornalística não mais por seu conteúdo, mas pela relação laboral.

Até aqui o jornalismo vinha sendo definido por seu objeto, fosse científico, político, esportivo, entre outros. Categorias que deixam clara a especialização do jornalista e identificam para o público o tipo de serviço de informação oferecido. São comparáveis e podem ser contrastadas.

Seu uso está historicamente consolidado, tanto nas corporações de mídia, como nas universidades. É o que permite organizar as redações, com a criação de editorias segmentadas, reunir matérias comuns em cadernos específicos de jornais e revistas ou de espaços no rádio e na TV, além de possibilitar a racionalização setorizada da pesquisa acadêmica.

Se as funções da categorização tradicional são claras, o mesmo não se pode dizer da categoria “jornalismo profissional”.

Intui-se que ela se refira a uma relação de trabalho, na qual o jornalista é remunerado para prestar um determinado serviço. Por contraste, a outra categoria possível, nesse gênero, seria a do “jornalismo amador”.

Como essas adjetivações são pobres para qualquer efeito de categorização, numa relação binária que não contribui em nada para o entendimento da profissão e da prática jornalística, resta procurar outros significados e objetivos. A expressão “jornalismo profissional”, ao que tudo indica, foi cunhada com o objetivo de desqualificar todo jornalismo exercido fora dos meios tradicionais de comunicação. “Profissional” seria portanto sinônimo de qualidade e, consequentemente, de respeitabilidade, contrastando com o “amadorismo” dos demais.

Seguindo nessa linha, o jornalismo produzido por novos atores, surgidos a partir do advento da internet, não seria “profissional”. Dessa forma, sites como *The Intercept Brasil*, *Jornalistas Livres*, *GGN* ou a *Agência Pública*, por exemplo, não fariam “jornalismo profissional”, ou de qualidade. Seriam “amadores”, no sentido pejorativo do termo. Uma simples comparação dos trabalhos jornalísticos realizados por esses e outros veículos, considerados “não profissionais”, deixa clara a leviandade preconceituosa da diferenciação.

“Jornalismo profissional” não é, portanto, uma categorização funcional, capaz de agrupar práticas comuns, diferenciando-as em grupos, para entendê-las com clareza. Ao contrário, trata-se apenas de uma tentativa fraca de forçar uma divisão baseada em juízos de valor, sem que haja sustentação em evidências.

Há formas mais precisas de categorização da prática jornalística, além daquelas determinadas pelos conteúdos produzidos. Para isso, torna-se necessário entender que esse jornalismo é realizado sob a lógica de uma empresa capitalista, que vive principalmente da propaganda e tem o lucro como objetivo prioritário. É, portanto, uma “mídia comercial”, diferenciando-se dos empreendimentos públicos, estatais ou comunitários. E assim deve ser categorizada e identificada.

Clarificando-se esses conceitos fica mais fácil entender o papel dessa mídia na sociedade brasileira, seus interesses e objetivos políticos. Não se pode esperar dela algo que possa, de alguma forma, contradizer esses princípios. Daí a necessidade imperiosa de uma regulação do setor, com uma legislação que estimule e proteja a diversidade de meios e, por consequência, de ideias e valores. Sem o que teremos sempre um arremedo de democracia.

Chegamos ao atual estado de coisas no país devido, em grande parte, a essa restrição estrutural de liberdade imposta pelo conjunto da mídia comercial. Basta lembrar o processo de criminalização da política, praticado ao longo de vários anos, em doses constantes. Ao se tornar porta-voz das ações do grupo jurídico-político instalado em Curitiba, denominado Lava-Jato, sem nenhuma crítica aos seus desmandos, tornou-se cúmplice de um golpe de Estado arquitetado internacionalmente.

Não há democracia que resista ao bombardeio diário de manchetes sensacionalistas, de imagens de dutos de esgoto expelindo dinheiro nas telas de TV ou de locutores fazendo discursos extremistas no rádio. Às notícias dadas com espalhafato que depois mostram-se falsas, não recebendo o desmentido, quando ocorre, o mesmo destaque da versão inicial.

Foi essa, em síntese, a contribuição da mídia comercial para turvar o espaço político institucional, nivelando todos os seus participantes por baixo, na escala de idoneidade e respeito. Abriu espaço para o surgimento de um aventureiro disposto



**NÃO HÁ DEMOCRACIA QUE RESISTA AO BOMBARDEIO DIÁRIO DE MANCHETES SENSACIONALISTAS, DE IMAGENS DE DUTOS DE ESGOTO EXPELINDO DINHEIRO OU DE LOCUTORES FAZENDO DISCURSOS EXTREMISTAS**

a ocupá-lo, como de fato ocorreu. Sofre agora ameaças, ofensas e restrições publicitárias, mas não abre mão do apoio às medidas de desmonte das proteções sociais, do aniquilamento dos direitos trabalhistas, dos atentados à soberania nacional e, claro, à política econômica neoliberal.

Como empresas comerciais, defendem os seus interesses, usando o meio de sedução de que dispõem para apoiá-los. As alternativas mencionadas para quebrar o monopólio da circulação dessas ideias pelo país também necessitam de apoio. Tornando públicas, por exemplo, as distorções informativas da mídia comercial, cada vez mais visíveis nos veículos considerados “amadores”. Ou com ações originadas no seu próprio interior, como as recentes manifestações de alguns jornalistas contra o estúpido editorial da *Folha de S. Paulo*, equivalendo Dilma Rousseff a Jair Bolsonaro. Ações que alentam e permitem sonhar em avanços na direção de atos coletivos, como fizeram os colegas do jornal argentino *La Nación*, um dia depois de o neoliberal Mauricio Macri vencer as eleições presidenciais, como lembrou a professora Ângela Carrato, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Para bajular o novo presidente, o diário conservador publicou um editorial colocando em dúvida o fato de ter havido uma ditadura no país. Com o título “Chega de Vingança”, o texto pedia o fim dos julga-

mentos de repressores daquele período e alegava que os processos eram “atos de vingança” e que os opositores do regime eram “terroristas”.

“O repúdio dos jornalistas ao texto teve início nas redes sociais e ganhou notoriedade quando dois dos principais repórteres da publicação também divulgaram mensagens contra o editorial. Mais tarde, todos os profissionais se reuniram na própria redação para uma foto portando cartazes onde denunciavam a lógica que construiu o editorial e exigiam que a empresa se retratasse. No dia seguinte, o *La Nación* publicou em sua edição impressa e online a reação dos jornalistas e a resposta do jornal, reforçando que o texto não expressava a opinião de qualquer funcionário da empresa, mas, exclusivamente, a do próprio diário”, lembra a professora Ângela, no site *Viomundo*.

Ações como essas sacodem o tal “jornalismo profissional”, lá e cá. E mostram suas entranhas. Ao mesmo tempo permitem constatar que um fato importante, como o da revolta dos jornalistas argentinos, ganhou espaço em um veículo considerado “amador” pela mídia comercial, reduzindo a pô a classificação preconceituosa.

Como se vê, não se trata de profissionalismo ou de amadorismo, mas de competência, seriedade e compromisso social, acima de tudo.

\* Laurindo Lalo Leal Filho, jornalista e sociólogo, integra o Conselho Deliberativo da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e é diretor do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé. Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, atuou na Rádio e TV Globo, na TV Cultura, na TV Bandeirantes e na TV Brasil. Foi ouvidor-geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Secretário de Esportes, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo (Gestão Luiza Erundina).

## COJIRA

# O jornal que dá voz aos invisíveis

por Flávio Carrança\*

**A** história do *Jornal Empoderado* – que acaba de completar quatro anos de existência – se confunde com a trajetória do seu coordenador geral, o jornalista Anderson Moraes, um homem negro com 40 anos de idade nascido no bairro do Jabaquara, zona sul da capital paulista. É uma aventura que começa em um projeto cultural impulsionado por uma mãe de santo, passa por uma rádio pirata voltada para torcedores do Corinthians, e evolui para um jornal impresso, até chegar à fase atual, de presença marcante nas mídias sociais, com foco em seus objetivos centrais: dar voz aos invisíveis e impulsionar a reflexão crítica sobre a vida cotidiana.

Filho de funcionários públicos do Judiciário, atualmente aposentados, Anderson revela ser uma pessoa da classe média, nunca tendo, por exemplo, estudado em escola pública. Ressalva, no entanto, que sempre circulou e teve amizades em diversos meios sociais: “Nunca morei em favela, mas tenho milhões de amigos que moram. Não saí de uma favela, mas não deixei de estar em locais de bons acessos, estive em todos os mundos”.

**Ylê FM**

Jornalista integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-SP) deste sindicato, Anderson estudou marketing e desenho industrial, mas diz que, sem saber, gostava de comunicação. O caminho em direção ao jornalismo começou quando, ainda muito jovem, passou a colaborar com a rádio comunitária Ylê FM, mantida pela mãe de santo Sílvia de Oxalá na região do Jabaquara.

**Vai Corinthians!**

Ainda na época do Orkut, Anderson, corinthiano ativo, participava do Fórum dos Gaviões da Fiel, espaço do site da torcida organizada aberto para discussões entre torcedores. Ali conheceu Alexandre Carvalho, junto com quem resolveu montar um blog para falar do Timão. Nessa nova mídia, um fazia o resumo do jogo, outro falava da política do clube e Anderson escrevia textos, segundo ele, pouco convencionais: falava sobre o Corinthians misturado com anos 80, tema que o apaixonava; e foi pegando gosto, até que surgiu o Facebook, o que coincidiu com o fim do blog e a migração para essa

nova mídia. Ele se une a outro parceiro e monta, em 2014, uma emissora *online* com o mesmo perfil, a Rádio Resistência. Ela cresce em audiência e tem seu grande momento em 2015, quando o clube está em fase eleitoral. Contra o ceticismo dos parceiros, Anderson propõe entrevistarem um dos candidatos, iniciativa que resultou depois em entrevistas com todos os candidatos. Fez também um programa de grande repercussão com corinthianos de outros estados, e passou a falar de temas não ligados ao futebol, como a Festa das Cerejeiras no Parque do Carmo. Provocou grande confusão, dentro e fora da rádio, ao falar sobre pessoas LGBTQI+.

Passa então a sentir que tratar apenas de futebol o deixa incompleto: “De alguma forma aquilo estava me incomodando, mas foi um aprendizado muito grande no que toca à comunicação. Na Rádio Resistência, comecei de alguma forma a fazer o mesmo que a mãe Sílvia fazia na rádio Ylê, que era colocar pessoas para colaborar, dar voz a elas, foi a minha universidade”, declara.

**Empoderando**

O *Jornal Empoderado* surge em 26 de agosto de 2016 como veículo impresso numa época em que ele trabalhava como funcionário comissionado da prefeitura na gestão Haddad. Fez o projeto gráfico do jornal com a ajuda de uma colega jornalista da prefeitura e montou um site com auxílio de um especialista em internet.

Começou então a pedir aos amigos e amigas que fizessem textos e obteve ajuda de muita gente. “Fui pegando todas as pessoas que eu conhecia. Só para ele existir, só por que eu gostava. Não estava preocupado com a questão racial, era importante ser socialmente responsável, ter uma visão progressista”. Montados o jornal e o site, trabalhava neles à noite e cuidava também da distribuição: saía com o jornal debaixo do braço e colocava em bancas do centro da cidade, andando com a publicação na mochila por toda a cidade.

Essa fase do jornal impresso esbarra, no entanto, nos custos, todos bancados com seu próprio salário, o que o forçou a manter a publicação apenas na versão digital. “Não existia projeto, o *Jornal Empoderado* nasce de uma loucura e, por ser assim, é uma metamorfose



ARQUIVO PESSOAL

**Acima, Anderson Moraes, coordenador da iniciativa; abaixo, Valéria Silvestre, colunista e âncora do jornal**



REPRODUÇÃO



ARQUIVO PESSOAL

que depois se tornou colunista de moda e entretenimento. “Hoje, ela tem também outros espaços, como a TV, está voando”.

Também colaboram com o jornal intelectuais acadêmicos conhecidos – que Anderson chama de seus mestres – como o professor Juarez Xavier, da Unesp, e Dennis de Oliveira, professor de jornalismo da USP, ativista da Rede Quilombão e membro da Cojira-SP, que reconhece a importância do veículo no qual também já passou, como entrevistado, o respeitado antropólogo Kabengele Munanga.

Afirmando que o *Jornal Empoderado* não é uma mídia preta feita por pessoas pretas, e sim uma mídia socialmente responsável, com protagonismo para pessoas negras e periféricas, Anderson cita o exemplo das lives mediadas por Valéria Silvestre, mulher negra gestora de políticas públicas pela USP, colunista e âncora do jornal. Valéria se diz abençoada e feliz por fazer parte de uma iniciativa apoiada “na dedicação de seu fundador e na colaboração de profissionais de alto nível, que se colocam numa ação voluntária à disposição dos objetivos e projetos do jornal na luta antirracismo”.

Além de Valéria, o jornal conta agora com cerca de 10 pessoas trabalhando diariamente, e congrega em torno de 30 pessoas em sua rede de colaboradores. O sucesso não é medido por likes, mas pelo respeito conseguido junto à conceituada mídia alternativa Jornalistas Livres, parceira na divulgação das lives, ou a entidades como MNU, Unegro, Educafro, Cufa, ou ainda parlamentares progressistas, como Erica Malunguinho e Leci Brandão. O desafio agora é obter recursos para tornar sustentável essa estrutura.

\* Flávio Carrança é jornalista e coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – SP (Cojira-SP)

## PESQUISA



# Narrativas visuais no combate à censura



Designer investiga o quanto as atividades censórias durante a ditadura militar afetavam o jornalismo e lança um projeto de narrativa visual para trazer informação e gerar engajamento

Por Crystian Cruz\*

**N**asci em 1978, ano em que o AI-5 foi extinto. A ditadura militar acabou quando eu tinha 7 anos de idade, portanto não tenho nenhuma memória ativa do impacto das atividades censórias nos meios de comunicação. Passei mais de uma década trabalhando como diretor de arte de revistas e jornais, e um dia me peguei pensando em como seria estar na pele de artistas gráficos e jornalistas que sofriam com a

ação da censura durante a ditadura. Ao pesquisar sobre o assunto, descobri que a censura fazia mais parte da minha infância do que eu imaginava: aos 15 anos, conheci o Millôr Fernandes, sem saber que ele era o criador da *Pif-Paf*, a primeira revista a ser extinta pela Censura apenas quatro meses depois do golpe de 1964. Outra descoberta foi que o livro *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo – a primeira grande obra que tive a chance de ler –,



**Incidente em Antares e Jornal do Brasil: dois produtos que desafiaram a censura imposta**

**VÁRIOS PESQUISADORES ESTÃO BUSCANDO CONTAR HISTÓRIAS DA CENSURA NA DITADURA POR MEIO DA ESCRITA FACTUAL. OUTRA LINHA DE ENFOQUE É O IMPACTO QUE A CENSURA IMPÔS AO PROCESSOS CRIATIVOS**

trazia diversas provocações ao regime militar que passaram desapercebidas pela Divisão de Censura.

Em meados dos anos 2000, o Arquivo Nacional começou a disponibilizar o acesso público ao acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Desde então, vários pesquisadores estão buscando contar essas histórias, sendo que a maioria delas por meio da escrita factual. Porém essas histórias não focam no efeito causado pela censura imposta ao processo criativo, o que foi identificado como um problema para gerar um maior engajamento pelas gerações atuais. E isso levou à decisão de desenvolver um projeto de *design* exploratório por meio de um doutorado na Austrália, com conclusão prevista para o início de 2021. O objetivo é promover um novo olhar para o tema e descobrir se um melhor engajamento pode ser obtido por meio de narrativas visuais, no campo emergente do *design* ativismo.

## O projeto de design

Batizado de *Censurativa*, a pesquisa se divide entre análise de documentos e um componente criativo baseado no princípio da narrativa visual como forma de fornecer um olhar único sobre a censura. A pesquisa teórica abrange a interação entre censores e artistas para compreender o quanto a criatividade era impactada pelos procedimentos censórios. Para isso, foram analisados cerca de 15 mil documentos da Divisão de Censura presentes no Arquivo Nacional, além de arquivos de veículos de comunicação como Editora Abril e Grupo Estado. Entre as descobertas, es-



Crystian no Arquivo Nacional, em Brasília. Entre pareceres de censura a livros censurados, foram fotografados mais de 15 mil documentos

tão algumas respostas bem criativas que profissionais dos meios de comunicação deram aos atos censórios. Uma delas é a capa do *Jornal do Brasil* no dia 12/09/1973, sobre a destituição do presidente Salvador Allende no Chile. Essa seria a manchete da edição, mas à noite veio a ordem de não se publicar manchete nem foto sobre o golpe na primeira página. O editor Alberto Dines decidiu seguir a ordem à risca e fez uma capa sem esses elementos, e com a fonte em corpo maior. O resultado é uma das mais surpreendentes capas de jornal de todos os tempos. Porém, essa resposta criativa custou caro para Dines, que foi demitido três meses depois. Segundo ele, o motivo foi essa capa. Outro caso memorável são os poemas de Camões no *Estado de S. Paulo*. Trechos da obra apareceram mais de 600 vezes no jornal, se tornando uma simbólica forma de protesto. Estratégia similar foi adotada pelo afiliado *Jornal da Tarde*, que trazia receitas de bolo.

Histórias como essas serviram de inspiração para o componente prático desse projeto, mostrando que táticas inusitadas podem ajudar a delatar o impacto da censura em peças de comunicação. A experiência é centrada em uma tipografia que se autocensura, emulando a experiência daqueles que foram diretamente afeta-

dos pela censura, a partir de um banco de dados de palavras-chave vetadas que foram extraídas dos pareces censórios. A fonte interativa foi criada especialmente para o projeto, e conta com um código de programação especial que permite rasurar palavras em tempo real. O desenho das letras é uma réplica da tipografia presente na máquina de escrever usada para redigir o documento do AI-5, que oficializou a censura federal em 1968. A pedido do projeto, o documento foi digitalizado em altíssima resolução pela equipe do Arquivo Nacional em Brasília, o que possibilitou ter uma vetorização fiel das características das letras presentes no documento.

A tipografia explora a potencialidade de narrativas visuais como um meio de provocar debates e aumentar o engajamento em torno da censura. A divulgação inicial dos resultados da pesquisa ocorreu na exposição [Censurativa], realizada em março de 2020 na galeria de arte Watt Space, em Newcastle, Austrália. A mostra apresentou cases de respostas criativas à censura durante a ditadura militar brasileira, materiais originais que foram censurados e diversos dispositivos interativos. Também trouxe uma versão piloto da tipografia interativa, permitindo que os visitantes experimentassem o ato de

censura por meio de uma interface de Twitter personalizada. Os próximos passos incluem a criação de um site do projeto e uma exposição virtual. No momento as ações estão concentradas nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter, conta @censurativa. O projeto está aberto a pesquisadores que desejarem contribuir para aumentar o banco de palavras censuradas, que hoje conta com um pouco mais de mil termos na base.

**Exemplo da tipografia em uso num experimento no Twitter. Textos são censurados quando ação de palavras presentes no banco de dados da pesquisa**



## O fantasma da censura nos dias de hoje

**Mesmo em democracias formais, a opressão da censura se mantém, porém com outras estratégias**

O projeto *Censurativa* é focado no estudo de caso sobre a censura da época da ditadura militar, por ser uma época extremamente documentada, graças à ânsia do governo militar em tentar se legitimar ao dar caráter oficial e burocrático às atividades censórias. Isso não quer dizer que a censura não esteja presente nos dias de hoje. O recente caso do processo aberto contra o cartunista Aroeira é mais um exemplo de uso da máquina pública para impor censura.

Desde que Jair Bolsonaro se tornou presidente, a censura voltou a ter presença constante nos noticiários. No dia seguinte à sua eleição, Bolsonaro concedeu uma entrevista à Band TV, e, ao ser perguntado sobre censura na época da ditadura, afirmou que era exercida para coibir articulistas que usavam palavra-chave com o intuito de executar um assalto a banco ou executar uma autoridade em cativeiro. Fato esse que não foi constatado em nenhum dos milhares de documentos analisados no



**Respostas criativas à polêmica da censura ao beijo gay do livro da Marvel na Bienal do Livro**



Arquivo Nacional. E é aí que reside a importância de se discutir censura e suas reais intenções, pois quem tem o poder de fala tem mais chances de ter suas afirmações aceitas como verdade, mesmo sem evidências. E isso pode ser comprovado por uma pesquisa feita pelo Datafolha em setembro de 2019 segundo a qual 45% da população apoiava que projetos culturais passassem por aprovação pessoal de Bolsonaro.

Ao contrário da época da ditadura, em que a estratégia censória era suprimir conteúdo, hoje em dia é mais comum a tática de inundar o meio com desinformação gerada por *fake news*. O processo de combatê-las com fatos é fundamental, porém as vezes não é o suficiente para convencer quem já tomou aquilo como verdade. Um bom caminho pode ser o de se inspirar nos profissionais que reagiram de forma criativa à censura na época da ditadura, expondo o ridículo de algumas situações.

Talvez o melhor exemplo disso tenha sido o caso de censura ao livro da Marvel na Bienal do Livro em 2019, quando *Folha de S. Paulo* e *Veja* ironicamente publicaram a cena que gerou a proibição em suas capas. Esse movimento foi amplificado pelos artistas gráficos que inundaram as redes sociais com cenas alternativas de beijo gay, e também foi ironicamente usada por Marcelo Freixo para questionar o prefeito Crivella sobre o uso inapropriado dos agentes públicos do Rio de Janeiro nessa ação.

Qualquer questão pública é suscetível a táticas de censura. No atual cenário de pandemia, a questão da subnotificação de óbitos tem sido muito debatida, e acabou levando à criação do Consórcio de Imprensa, uma vez que os dados oficiais estavam sendo omitidos e mascarados. O fato curioso é que na época da ditadura isso também foi muito explorado pela censura, que proibiu a divulgação de dados oficiais sobre o surto de meningite em 1974. A saída foi usar dados de cartórios para dar a dimensão do problema.

\* **Crystian Cruz** é designer gráfico e mestre em tipografia pela University of Reading (Reino Unido). Trabalhou com diretor de arte das revistas Placar, GQ Brasil e Info Exame, e como diretor de criação do jornal Diário de S. Paulo. Atualmente está cursando doutorado em Design e lecionando na University of Newcastle, Austrália.

## BOLETIM

## RESENHA

**Sindicato lança cursos onlines sobre comunicação digital**

O Sindicato, em parceria com o programa de cursos De Olho na Rede, está organizando um ciclo com quatro módulos aberto a todos os jornalistas. Sindicalizados contam com desconto na matrícula.

» <https://bit.ly/3hfSeOH>

**Campanha Salarial de Jornais e Revistas do interior**

Após um acordo com o sindicato patronal em junho, que manteve a data base do setor, e postergou o início da negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) por 4 meses (pelos condições decorrentes da pandemia), a assembleia da categoria aprovou a pauta de reivindicações em 28 de agosto. Além de manutenção da CCT e reajuste salarial, os profissionais reivindicam cláusula sobre *home office*.

» <https://bit.ly/32u2E7j>

**Falta de comunicação de demissão a Sindicato faz Abril indenizar jornalistas demitidos**

O descumprimento da Editora Abril em comunicar demissões aos sindicatos laborais gerou uma indenização de R\$ 2.650,51 para 21 jornalistas demitidos no início de 2020. Essa é mais uma das medidas adotadas pela Abril em prejuízo dos jornalistas, que reverteu em multa a favor dos demitidos. A obrigação de informar as demissões faz parte da ação que o Sindicato integra contra as demissões em massa na Abril, iniciada em 2018.

» <https://bit.ly/3jBmSmH>

**Calote à vista: Editora Três pede recuperação judicial**

A Editora Três, que publica as revistas *Istoé* e *Dinheiro*, entre outras, apresentou, em maio, um Plano de Recuperação Judicial que dá calote em parte da dívida trabalhista e não garante o pagamento do restante. O pedido ainda não foi aceito pela Justiça. A dívida global da empresa ultrapassa R\$ 200 milhões, sendo cerca de R\$ 20 milhões referente a questões trabalhistas. Se incluir a dívida tributária, a soma pode chegar a um bilhão de reais.

» <https://bit.ly/2EAJEM6>

**42º Prêmio Vladimir Herzog homenageia Laerte, Luiz Gama e Sueli Carneiro**

A comissão organizadora do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog decidiu, de forma unânime, homenagear, em sua 42ª edição, a cartunista e jornalista Laerte, a filósofa Sueli Carneiro e o jornalista Luiz Gama (in memoriam). A cerimônia virtual de entrega dos troféus do prêmio jornalístico acontece no dia 25 de outubro.

» <https://bit.ly/3kyuazx>

**A imprensa por Perseu Abramo e Patrícia Campos Mello**

por João Marques

**N**a resenha desta edição do *Unidade*, vou sair da ficção, falar da realidade e comentar dois livros que tratam da imprensa, a qual às vezes, por interesse, manipula a informação e distorce a verdade dos fatos; em outras, por dever do ofício, investiga e publica, podendo ser ofendida, ameaçada e até mesmo agredida. O primeiro foi lançado em 2003 e teve segunda edição em 2016, ano exemplar para entender a primeira parte da descrição acima; o outro acabou de sair e conta como os denunciados pela imprensa se organizam e reagem. São eles: *Padrões de manipulação na grande imprensa*, de Perseu Abramo (Fundação Perseu Abramo, 90 págs.) e *A máquina do ódio*, de Patrícia Campos Mello (Companhia das Letras, 296 págs.).

Além de trabalhar nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Movimento e Jornal dos Trabalhadores*, do PT, Perseu Abramo foi professor da Cásper Líbero, da Universidade de Brasília, da Federal da Bahia, da Faap e da PUC-SP, onde lecionou por 15 anos – até sua morte, em 1996. Nesta, orientou vários projetos de iniciação científica e desenvolveu pesquisa sobre a manipulação da informação e a distorção da realidade na imprensa brasileira – o ensaio desse livro é parte da pesquisa. Nele, Perseu Abramo mostra que a manipulação pode se dar pela

ocultação de aspectos da realidade, pela inversão da relevância das informações ou, mesmo, pela descontextualização dos acontecimentos. O livro traz ainda artigo de Aloysio Biondi, sobre a imprensa no governo FHC, e um discurso de Perseu Abramo, feito aos estudantes de Jornalismo da PUC-SP, em 1995, durante cerimônia em sua homenagem.

Já Patrícia Campos Mello foi correspondente em Washington do jornal *O Estado de S. Paulo* e atualmente é repórter especial da *Folha de S. Paulo* e comentarista da TV Cultura; esteve na Síria, no Iraque, no Afeganistão, na Turquia, na Líbia, no Líbano e no Quênia, fazendo reportagens sobre refugiados e a guerra. Cobriu três eleições nos Estados Unidos e duas na Índia e acompanhou o crescimento do uso das redes sociais nas eleições internacionais. Em 18 de outubro de 2018, a *Folha* publicou sua reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. A partir daí, passou a ser perseguida por um exército digital bolsonarista; foi ameaçada e precisou contratar segurança, recurso a que não recorreu nem em cobertura de guerras. No livro, ela fala da origem desses exércitos digitais, explica como se organizam e também mostra o crescimento da direita no mundo.

Penso que os dois livros se complementam, pois apontam para os inimigos do jornalismo profissional. No de Patrícia Campos Mello, são os denunciados por alguma reportagem, quando reagem de forma criminosa, ou nos “sites e blogs de direita e esquerda”, quando misturam opinião e notícia; já no de Perseu Abramo, o inimigo está na própria mídia tradicional, quando, a partir de um fenômeno que “marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa”, manipula a informação e distorce a realidade, com intenções muito claras. ■

**DICAS DE FILMES** por Cineclube Vladimir Herzog**Sonhos interrompidos** (BRA)  
Silvio Tendler

Nos anos 1960, o Brasil lutava por igualdade, estudantes, artistas e intelectuais desejavam mudar o mundo, mas João Goulart foi deposto e os sonhos, interrompidos.

<https://youtu.be/yZEHEe6yzbM>

**Josué de Castro - cidadão do mundo** (BRA)  
Silvio Tendler

Documentário retrata vida e obra do médico pernambucano Josué de Castro, intelectual engajado e autor de livros que discutem a fome como uma questão política.

<https://www.youtube.com/watch?v=CHNcILiJKLM>

**Um crime americano** (EUA)  
Daniel Lindsay e T.J. Martin

Documentário premiado com o Emmy, recupera imagens de arquivos e mostra os protestos de Los Angeles, em 1992, do caso Rodney King.

<https://www.netflix.com/br/title/80184131>

**Só dez por cento é mentira**  
(BRA)  
Pedro Cezar

Biografia inventada do poeta Manoel de Barros, alternando sequências de entrevistas do escritor, versos de sua obra e depoimentos de leitores.

[https://www.youtube.com/watch?v=VG4P\\_mWWAI0](https://www.youtube.com/watch?v=VG4P_mWWAI0)

**DICAS DE LEITURA****Jornalismo em retração, poder em expansão**

Ricardo Gândour | Summus, 120 págs.

Com o uso cada vez mais intenso das redes sociais por políticos, a queda das receitas publicitárias e o enxugamento das redações, o jornalismo profissional entrou em crise. Livro analisa esse cenário de forma inédita.

**O retalho**

Philippe Lançon | Todavia, 464 págs.

Jornalista que participava da reunião de pauta do jornal satírico *Charlie Hebdo*, quando, no dia 7 janeiro de 2015, sua sede sofreu atentado, confere nova perspectiva ao episódio.

**Velhos**

Alê Motta | Reformatório, 136 págs.

Escritora carioca lança novo livro de contos, com microrrelatos de avós doces, velhotes engraçados, atormentados ou amargos, que guardam segredos obscuros ou são capazes de atos cruéis.

**O avesso da pele**

Jeferson Tenório | Cia das Letras, 192 págs.

Um romance sobre violência e racismo. A história de Pedro, que, após a morte do pai, assassinado numa abordagem policial, sai em busca de resgatar o passado da família.

**Não pararei de gritar**

Carlos de Assunção | Cia das Letras, 176 págs.

Com dor e revolta, mas também com vitalidade e esperança na construção de um país mais justo, sua poesia é um testemunho poderoso sobre os tempos em que vivemos.



O escritor português José Saramago e sua mulher Pilar del Río

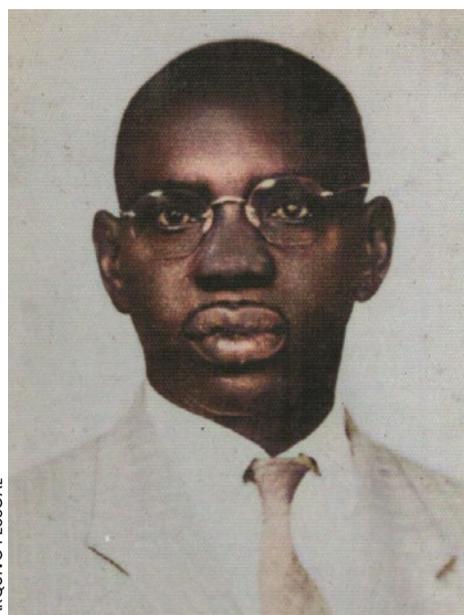
**José e Pilar** (PORT/BRA/ESP)

Miguel Gonçalves Mendes

Documentário português candidato ao Oscar de melhor filme estrangeiro, acompanha, durante dois anos, a vida de José Saramago e sua mulher Pilar del Río.

<https://www.youtube.com/watch?v=d-V7j-WKHzs>

## MEMÓRIA



ARQUIVO PESSOAL

## Lino Guedes, jornalista e poeta

por Flávio Carranca

**S**ócio deste Sindicato desde o ano de sua fundação, em 1937, o jornalista Lino Guedes costuma ser mais lembrado como um poeta que cantou a beleza da mulher negra e o sofrimento de sua gente. Autor de três livros de prosa e dez de poesia, passou para a história da literatura brasileira principalmente por conta de uma produção poética ainda hoje citada e objeto de estudos. Em seus 54 anos de vida, no entanto, foi com o jornalismo que garantiu seu sustento e exerceu aguerrida militância em favor da população afrodescendente.

Filho de negros alforriados, nasceu na cidade de Socorro em 1897, tendo perdido o pai quando tinha apenas dois meses de idade, o que legou à mãe o encargo de sua educação, tarefa para a qual teve o auxílio do patrão (talvez ex-senhor), um dos principais chefes políticos da região. Os primeiros sinais de vocação para o jornalismo surgiram quando ainda cursava o ensino fundamental. Aos 13 anos, colaborou com o jornal *Cidade de Socorro* e, em 1912, mudou-se para Campinas, a fim de continuar os estudos e se tornar professor, tendo já colaborado com diversos periódicos.

Em Campinas, passou a frequentar ambientes sociais e culturais da elite local, vislumbrando novas perspectivas profissionais, que o levaram trocar a carreira de docente pela sua verdadeira vocação: o jornalismo. Graças ao talento e à boa formação que tivera, tornou-se um dos raros afro-brasileiros que, nos primeiros decênios do século 20, conseguiu atuar na grande imprensa, desenvolvendo intensa atividade na imprensa negra.

Inicia sua trajetória profissional no *Diário do Povo* e no *Correio Popular* de Campinas, mas se dedica simultaneamente à militância racial, frequentando associações, bailes e outros eventos sociais da comunidade negra local. Junto com outro jornalista, Benedito Florêncio, e o poeta

Gervásio de Moraes, funda, em 1923, o jornal *Getulino*, nome que evoca o pseudônimo do abolicionista negro Luiz Gama, sua grande inspiração para a militância. Para o historiador Petrônio Domingues, *Getulino* marca o início de uma nova fase, mais reivindicativa, da imprensa negra de São Paulo.

Em busca de mais promissoras oportunidades profissionais, muda-se em 1926 para São Paulo, onde começa a trabalhar no *Jornal do Comércio*, filiando-se à Associação Brasileira de Imprensa. Atua também em *O Combate*, *A Razão*, *Correio Paulistano* e, finalmente, no *Diário de São Paulo*, onde foi chefe de revisão até falecer em 1951. O jornalista branco Cunha Mota, que começou na profissão como subordinado de Guedes na revisão do *Diário*, descreve um homem que não despertava simpatia à primeira vista, mas que, conquistada a amizade, se revelava sensível e delicado poeta, cantor das tristezas do “homem de cor”.

Na capital, Lino Guedes dá continuidade à militância antirracista, tendo provavelmente participado do Centro Cívico Palmares, importante associação criada em 1926 e que congregava as principais lideranças afro-brasileiras da cidade. Foi articulista de *O Clarim da Alvorada* e, a partir de 1928, junto com Argentino Celso Wanderley, colaborou na fundação do jornal *Progresso*, do qual seria editor até 1933 e no qual defendeu seu projeto nacionalista e moralizante de melhoria da situação da população negra com base na educação e na religião.

Aguerrido na defesa de posições político-ideológicas, teve confrontos com alguns dos mais importantes líderes negros do período, como o orador popular Vicente Ferreira; seu ex-amigo de Campinas, Gervásio de Moraes; e com José Correia Leite, um dos fundadores do jornal *O Clarim da Alvorada*, numa polêmica em torno do frustrado Primeiro Congresso da Juventude Negra do Brasil e da construção do busto de Luiz Gama no Largo do Arouche.

Casado com Felícia Assis Guedes, Lino Guedes teve uma única filha, Hendi Guedes Queiroz, que lhe deu dois netos: Demarise Pereira de Queiroz, já falecida, e o produtor cultural JR Lino Guedes, que cedeu uma foto e enviou seu depoimento sobre o avô: “Excelente pai, ótimo marido, Lino Guedes era um visionário e sempre se preocupou com a evolução e educação da raça negra paulista. Mesmo nos momentos de confraternização familiar, essa era a pauta, sua preocupação latente. Outra paixão em sua vida era a música, chegou até a escrever algumas coisas. Mas acreditava mesmo que o negro só poderia ser livre através da leitura”.

**Fontes:** De Petrônio Domingues, *Os jornais dos filhos e netos de escravos (1889 – 1930)* – Selo Negro, 2008; e Lino Guedes: de filho de ex-escravo à elite cor – Afro-Ásia 41; de Oswaldo de Camargo, *Lino Guedes: seu tempo e seu perfil*. Ciclo Contínuo, 2016; de Cunha Mota, *Os rapazes da imprensa: um pouco da história de São Paulo*. Ateniense, 1990.



### COLUNA DO JUCA

## Opinião x notícia

por Juca Kfouri

**QUEM ESTIVER PREOCUPADO EM FAZER BOM JORNALISMO, TEM O DEVER DA IMPARCIALIDADE, QUE NÃO SE CONFUNDE COM A IMPOSSÍVEL NEUTRALIDADE**

**S**e eu estiver certo sobre como pensa a maioria dos que leem este *Unidade*, não teria dúvida em dizer que tem causado imensa satisfação a cobertura dada pelo *Jornal Nacional* às estripulias financeiras de Bolsonaro&cia, melhor dizendo, Bolsonaro\$milícia.

Confesso também estar me divertindo, embora deplore quão tardia a torrente de informações sobre delitos conhecidos desde antes da campanha eleitoral.

Como, então, o foco era outro, deixou-se pra lá.

Imaginava-se a possibilidade de controlar o miliciano quando assumisse o poder, embora, diga-se a favor dele, em momento algum tenha deixado dúvida sobre suas intenções contra os grupos Globo e Folha.

O resto da história é conhecido.

Apesar do apoio às ideias neoliberais do raso ministro da Economia, as extravagâncias da *famiglia Bolsonaro* passaram dos limites e não houve outro caminho.

Está tudo muito bom, está tudo muito bem, mas, lembremos, quando se tratou do impeachment de Dilma Rousseff, e da condenação do ex-presidente Lula, o tratamento dado foi semelhante e, imagino, mal recebido pelos leitores de nosso combativo periódico.

Por que, então, hoje, aplaudi-lo?

Alguém poderá dizer, não sem razão, que aplaude pelo simples fato de, agora, ser tudo verdade.

É fato!

Mas será possível dizer que vemos cobertura equilibrada?

Vamos deixar claro: nem mesmo um jornal sindical pode defender o trabalhador quando este estiver errado.

Jornais partidários têm por que cobrir os fatos segundo suas visões de mundo e são consumidos por seus filiados ou simpatizantes

Quem, no entanto, estiver preocupado em fazer bom jornalismo, tem o dever da imparcialidade, que não se confunde com a impossível neutralidade.

Notícia é uma coisa, diria o Conselheiro Acácio, opinião é outra.

Na deseja pobre colunista, já passou da hora do impeachment do miliciano, tantos crimes de responsabilidade cometeu.

Nem por isso vou escrever ser ele tricolor quando é notório alviverde.

Bem sei que, diante das ameaças à democracia, bater neste governo é obrigação, desde que não pareça perseguição.

De outro lado, há quem defenda a MP do futebol porque contra a Globo.

Mas saiba que se trata de um monstrengos sem justificativa, ainda mais em tempos de pandemia.

**TRAÇO LIVRE** | por Fernando Siniscalchi | [www.behance.net/fernandosiniscalchi](http://www.behance.net/fernandosiniscalchi)

SÓ MAIS UMA MANHÃ COMUM NO BRASIL PÓS 2018

PORRUM

ÔNIBUS

